

A desigualdade espacial, o pensamento de Milton Santos & o sistema de informações espaciais do Brasil africano: perspectivas de uma governança territorial inclusiva

RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

Introdução

A Geopolítica do processo de formação territorial do Brasil nos últimos cinco séculos tem sido configurada por uma estrutura social desigual, de hierarquização demográfica e ocupação segregada no território usado. Nesse sentido, a captura e configuração das espacialidades constituídas a partir da diáspora africana são reveladoras dos conflitos seculares no espaço brasileiro, marcadas por estratégias de embranquecimento e práticas facilitadoras de invisibilidades nas estruturas oficiais e institucionais. O Brasil assume posição particular nesse processo secular, por se constituir atualmente a primeira nação demograficamente mais africana fora da África, fruto sobretudo das articulações de abrangência geográfica e refinamento na economia da escravidão, com quatro séculos de prosperidades e enriquecimentos, mas com traumas e violências nos desdobramentos da contemporaneidade brasileira. Nesse sentido, a espacialidade construída é reveladora do país conflitante, marcado por hostilidades estruturais e institucionais.

Importante lembrar que o território continua sendo o principal revelador dos espaços visíveis oficialmente, ou seja, os aceitos e formalizados pelo sistema dominante, e os invisíveis, que correspondem aos territórios usados que não devem ser mostrados na cartografia e na paisagem geográfica oficial.

No território brasileiro, esse conceito é emblemático, sobretudo na encruzilhada desses “Brasis” formal-informal

e/ou incluído-excluído, onde estão os povos e os espaços de matriz africana secularmente à margem dos projetos do país com tratamento periférico e políticas de invisibilidade, onde a inexistência é uma das estratégias mais fundamentadas, ou seja, o Estado tem agido secularmente contra qualquer tipo de inserção das matrizes afrobrasileiras para terem um “lugar” definido no sistema dominante. (ANJOS, 2020)

Entendemos que essas são instâncias concretas no conjunto amplo das contradições dos cinco séculos de sistema escravista criminoso (aqui incluímos os quatro séculos do Brasil Colonial e os 100 anos do século XX do Brasil República de mentalidade escravocrata), ainda pendentes de reconhecimento e reparação oficial não resolvidos no país. A Geografia da exclusão e do conflito étnico-racial secular da nação é o que tratamos aqui e propomos outras representações, leituras e interpretações do espaço, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente.

Entendemos que o território é o suporte da existência humana! Ele é na sua essência um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nessa direção, no território afro-brasileiro estão gravadas as referências culturais e simbólicas das matrizes da África na sua coletividade, ou seja, é o espaço multiescalar (cadastral, urbano, municipal, regional e nacional) construído e materializado a partir das suas referências identitárias e de pertencimento territorial, onde a sua população tem um traço de origem étnica e social predominante. (ANJOS, 2020, p. 22)

No processo de leitura, interpretação e representação do território, os mapas são efetivamente ferramentas eficazes, possibilitando revelar as construções sociais e feições naturais do espaço e, por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Esses são imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções para a governança.

Nesse sentido, “a cartografia afrobrasileira é sobretudo uma ferramenta estratégica básica para a cidadania negada secularmente, uma vez que esse instrumento de certa maneira “fala” e torna “visível” o “Brasil Africano” que muitos e muitas não querem “ouvir” e nem “ver”, mas é possível a sua construção e existência! Por isso a cartografia não é somente um desenho: ela produz documentos, ou seja, pode mostrar como a sociedade funciona, como anda a casa, a rua, o bairro, a cidade, o município, o estado, a nação, onde estão os excluídos e os incluídos no sistema.” (ANJOS. 2020b, p. 26).

No processo de invisibilidade geográfica em curso no Brasil, lembramos a vasta obra do mestre Milton Santos publicada há várias décadas e que nos traz referências teóricas fundamentais e reveladoras da Geografia Real. Nesse sentido, destacamos particularmente o livro “Por uma Geografia Nova” (1978), que evidencia as desigualdades configuradas no espaço dividido secularmente, apresentado de uma maneira marginal, oficioso, residual e não visto na sua plenitude. Essa Geografia que revela a espacialidade da exclusão e do conflito histórico da nação é a que lembramos aqui, como uma referência para que a Geografia contemporânea “em conflito” e “sem lugar definido” retome o seu foco e seu eixo!

Tomamos como premissa que tratar das matrizes africanas no Brasil nos contextos espaciais, buscando reconhecer, valorizar e superar os racismos sistêmicos (seculares) e institucional (aparato do Estado) existentes é ter uma ação sobre um dos mecanismos fundamentais na manutenção da exclusão territorial e social materializadas no país. Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos e dos dados sobre as referências espaciais das territorialidades de matriz oriundas da África resistentes, sobreviventes, retomando ensinamentos de Milton Santos e resgatando a nação real no Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO). Dessa forma, buscamos trazer elementos fundamentais para o entendimento das configurações multiescalares existentes na África Brasileira, sobretudo o modelo perverso da governança excludente no país. Algumas referências da Geografia, do pensamento de Milton Santos e da espacialidade desigual brasileira, são tratadas no item a seguir.

1. A geografia, o território, Milton Santos e a desigualdade espacial: algumas referências

A Geografia ainda é o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial, do que está acontecendo. Isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração espacial atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades na estrutura do espaço no futuro próximo, apesar das temeridades. Entretanto, convivemos há séculos com Geografias construídas e contadas na perspectiva dos “vencedores”, dos que se acham “donos dos territórios e do controle da sociedade”, ou seja, as representações dos sistemas geoeconômicos dominantes com o apoio dos Estados nas suas legitimações, sobretudo as jurídicas-institucionais. Nesse sentido, questionamos aqui a Geografia Oficial do Brasil que mantém um processo secular de negação da realidade, sobretudo nas marcas irreversíveis encontradas no território que se organizou, na população conflitante desenhada e na estrutura da sociedade dividida e multifacetada, como única Geografia do Brasil.

Nessa direção, reconhecer a geopolítica do Brasil preconceituoso e o seu sistema de governança precário e hostil é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estratégicos da manutenção do racismo sistêmico e institucional existentes na inexistência territorial e social secular pautada na mentalidade colonial sobrevivente na nação. É sempre oportuno nos perguntarmos: por que o Brasil assumiu e assume ainda com tanta propriedade essa postura escravocrata? Lembramos que ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX se processa o alargamento do mundo conhecido, sobretudo os territórios “invadidos” e a ele incorporado, as “novas” fronteiras constituídas e impostas e a evolução significativa das técnicas. Esse longo período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase nas relações entre estes e a natureza e é nesse contexto que a Ciência Geográfica vai se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação escravista justificada globalmente, pautada na violência amparada institucionalmente, e que tinha a África como

epicentro da produção de riquezas, exércitos e fortalecimento dos Estados da Europa moderna. Os deslocamentos seculares espaciais dos povos africanos para o Brasil por quatro séculos (XVI-XIX), não devidamente quantificados, documentam como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e as contradições econômicas e sociais. Aqui está a matriz fundamental da exploração perversa dos recursos da natureza, conduzida por um modelo onde o controle dos meios de produção, dos capitais, dos recursos tecnológicos e da concentração de terras vai se cristalizar por cinco séculos, incluído aqui o século XX (República Escravocrata), tendo a manutenção das desigualdades como “pano de fundo” permanente. Dessa forma, a Geografia que o Estado brasileiro tem desenvolvido ao longo dos seus cinco séculos de existência formal no sistema global vai se operacionalizar sobre esse contexto duradouro de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados, apostando, portanto, nas desigualdades, na ineficiência das ações governamentais, restringindo o acesso à educação e à saúde e exigindo obrigações dos segmentos menos favorecidos.

Esses contextos são reveladores, porque o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante preconceituoso, pautado num conceito errôneo generalizado na nação continental até os dias atuais, materializado em ações e fatos de discriminação em praticamente todos os segmentos da sociedade. É importante o reconhecimento da sobrevivência dessa Geopolítica Colonial no Brasil, que saiu do período escravocrata “zangado”, portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras dos privilégios institucionais e sociais do sistema político-econômico-social escravista. Milton Santos sinaliza, no seu livro de 1978, além da intensidade das mudanças técnicas e sociais neste momento histórico, a ordem racial viciada para com os povos de matriz africana no Brasil. Em 2000, ele aprofunda a questão e diz: “A questão não é tratada eticamente. Faltam muitas coisas para ultrapassar o palavrório retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política consequente. Ou os negros verão esperar mais outro século para obter o direito a uma participação plena na vida nacional.” (SANTOS, 2000)

Algumas considerações referentes ao espaço de matriz africana no Brasil contemporâneo, os conflitos institucionais na estrutura da governança oficial e as possibilidades de articulação antirracista no Estado são tratadas no item a seguir.

2. O modelo de manutenção do racismo sistêmico - institucional na governança da África brasileira

É importante a lembrança de que a história oficial e a governança brasileira ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados”, aos quilombos sempre como algo do passado, aos territórios uma invisibilização permanente, e a preconceitos. A estratégia básica é “olhar” o Brasil Africano como se esse não fizesse parte da vida contemporânea da nação, implementando sistematicamente uma estratégia de “inexistência” social e territorial. Entendemos que foi desenvolvida de forma estratégica uma “miopia” proposital na nação nos últimos 100 anos, visando iludir o imaginário da nação escravocrata, “escondendo” os quatro séculos de escravidão oficial, desinformando e criando impedimento para qualquer tentativa de inserção e emergência social, econômica, política e educacional do Brasil Africano real e existente. E na atualidade, as espacialidades de matriz africana da nação trazem o conflito do território invisibilizado secularmente e revela a dificuldade real do Estado para “enxergar” as consequências do enriquecimento proveniente da diáspora africana. Nesse paradoxo está a principal “encruzilhada” geopolítica do país, ou seja, o incômodo permanente com a Geografia da Desigualdade implementada, necessária para as elites, mas com um conflito permanente junto ao seleto grupo que controla e domina os meios de produção no sentido largo. A **Figura 01** sintetiza os dois “Brasis” seculares aqui referidos: Formal – Informal, Organizado – Desorganizado, Oficial – Oficioso, Legal – Ilegal, Vida Boa – Vida Ruim, Ser Feliz – Ser Infeliz, dentre outras categorizações pejorativas, racistas e limitadas reveladoras do Brasil Real, em conflito, materializado o *apartheid* no território desigual, com lógicas

espaciais distintas e fronteira rígida separando as duas “Geografias”, os dois “Brasis”.

A **Figura 02** mostra a estrutura das estratégias geopolíticas na implementação de políticas de Estado racistas, excludentes e duradouras para a manutenção da “miopia” secular da nação de mentalidade colonial – escravocrata e limitada. São seis (6) os eixos principais, tratados a seguir:

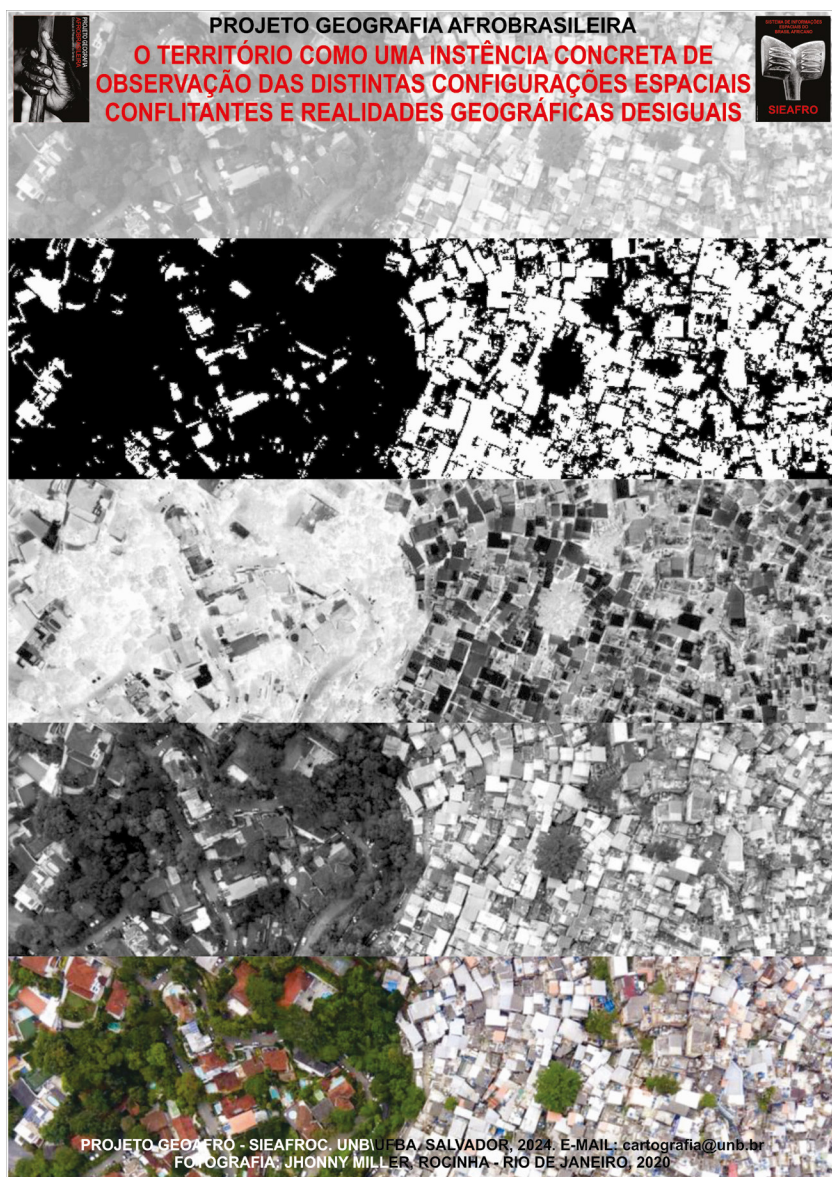
1. Constituição formalizada de um apagamento da memória dos cinco (5) séculos de Sistema Escravista no Brasil. Onde está o grande museu nacional que trate e mostre a valorização, resistências e contribuições, no sentido largo, das matrizes oriundas da África na constituição e formação do Brasil?
2. Processo de “branqueamento” da população nos últimos 100 anos. A quem interessa termos nos tornado a nação mais “parda” do mundo? À noite, todos os gatos são o quê? Convivemos em um país com um grande problema de identidade, pertencimento e reconhecimento das suas matrizes étnicas ancestrais;
3. O processo de ocupação desigual do território com fronteiras bem definidas do conflito secular é um fenômeno espacial banalizado, naturalizado na nação. Que segmentos da sociedade, do governo e dos meios de produção ganham com a pobreza generalizada?
4. A constatação de uma prática de impedimento eficaz nas representatividades do espaço político do país. Por que não temos deputados(as) e nem senadores(as) de matriz africana nas representações da Câmara e do Senado em Brasília? Por que não existem quase prefeitos(as) pretos(as) nas prefeituras municipais nos 5.570 municípios brasileiros?
5. Fortalecimento de um Estado Policial e repressor das “minorias”, que no Brasil Real são “maioria”. Quem são as populações mortas sistematicamente nas cidades brasileiras? Por que a política de extermínio do povo afro-brasileiro caminha a passos tão largos?

6. Manutenção de uma Mídia Oficial e Educação do Estado Escravocrata onde as matrizes oriundas da África, do povo e da cultura afrobrasileira não tenham espaço e nem lugar. Por que temos uma Lei 10.639, desde 2003 que obriga o sistema escolar da nação a ensinar referências da cultura e dos povos de matriz africana no país e a mesma não ocorre? Por que os Ministérios Públicos não agem para contornar este contexto?

A forma descaracterizada e desqualificada como o Estado brasileiro tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país para os segmentos excluídos secularmente, revela uma fragmentação institucional e das ações burocráticas, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável na gestão eficaz das políticas públicas no território. Tomando os municípios como unidade espacial fundamental de governança, seguida pelos Estados, verificamos registros reveladores dessa forma particular, contraditória e ineficaz que a nação conduz.

Inicialmente, é relevante trazer à luz dois componentes fundamentais referente à demografia e à economia da escravidão no Brasil. A Figura 03 é constituída pelo mapa do Brasil Imperial com a quantificação demográfica dos povos africanos e seus descendentes no 1º Censo (1872) realizado no Império, portanto há 155 anos atrás, no qual são reveladas as unidades políticas das maiores estatísticas de matriz africanas no território. Destacam-se nesse dado espacial Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como os maiores registros censitários, portanto, os mais escravagistas. Com números um pouco menores, Paraíba, Alagoas e Maranhão. Essa constatação cartográfica é pertinente para compreendermos na atualidade resistências e omissões em políticas governamentais oficiais reparatórias.

Figura 1 - Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.
Projeto GEOAFRO. Brasília – DF. 2023.



[illegible]

274

territórios continuam sob o controle ou a serem controlados pelos segmentos dominantes e o setor decisório (o Estado) não consegue alterar esta Geografia Colonial ainda persistente.

Figura 3 - Fonte: ANJOS, R.S.A. *Átlas Geográfico ÁFRICABRASIL*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014

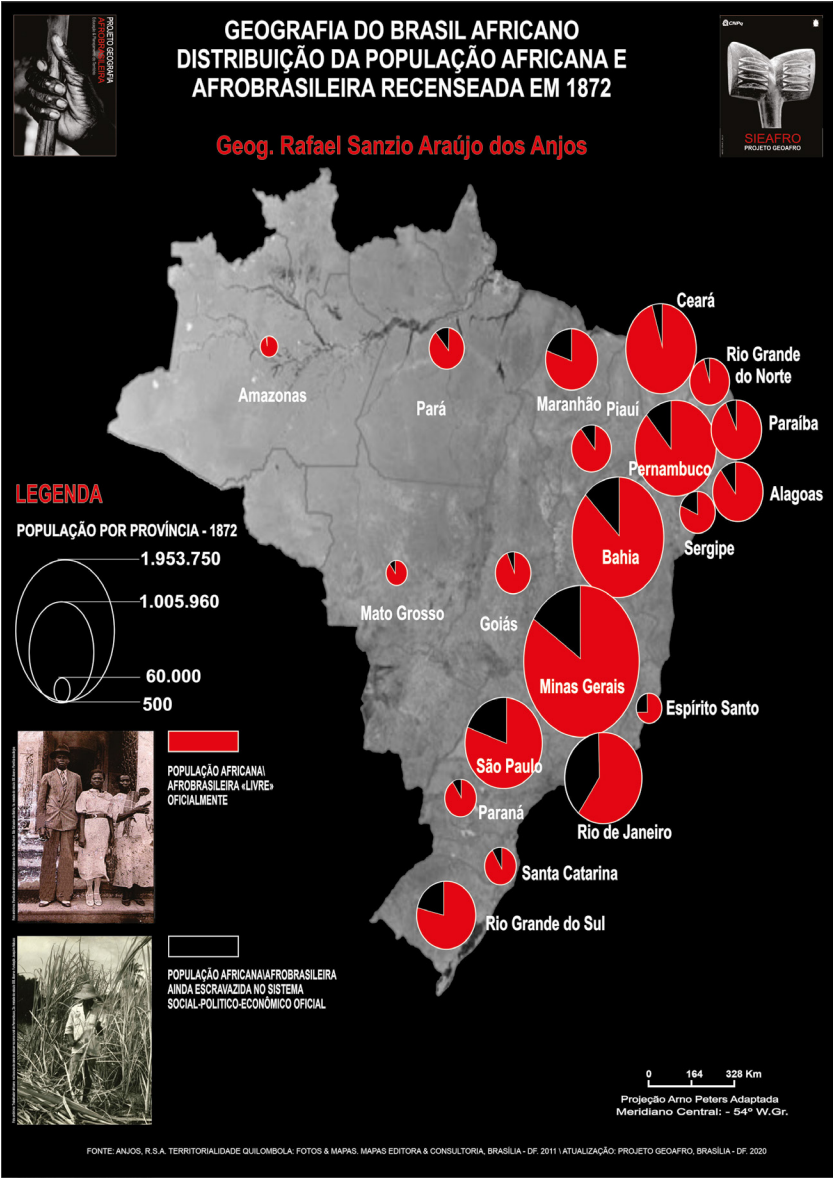
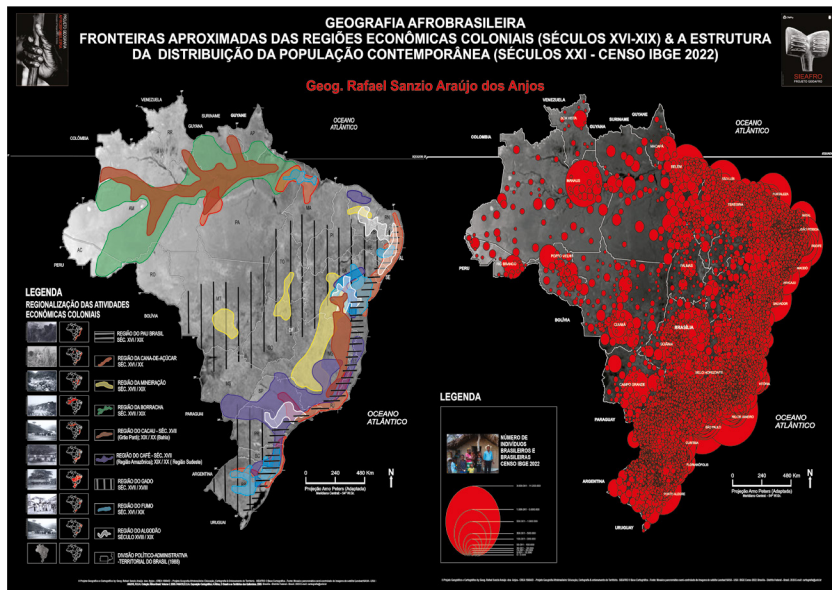


Figura 4 - Fonte: ANJOS, R.S.A. *Átlas Geográfico ÁFRICABRASIL*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014



“Esses fatos mostram por que o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante racista até os dias atuais, ou seja, saiu do período escravocrata “sem querer”, portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras institucionais e sociais do Sistema Escravista secular. Essa resistência não resolvida de quase cinco séculos ainda se configura de forma predominante na sociedade e no território contemporâneo” (ANJOS, 2019). Essa **Figura** revela ainda um dos grandes paradoxos geográficos do país, ou seja, “de um lado um sistema agrário-exportador sustentado quatro séculos pelo trabalho escravocrata, formado por um seleto grupo de comandantes e de ascendência europeia, com espaços de alta produtividade de monoculturas e alta tecnologia no processo produtivo (anteriormente, de seres humanos escravizados), baseado na mecanização das ações e etapas; na outra face da fronteira (de conflito), está um conjunto complexo de espaços urbanos articulados secularmente, ocupados pela maior parte da população do país (preta e parda, predominantemente), com infraestrutura precária (sentido largo) e principal ins-

tância espacial do processo de extermínio das populações pobres. As “ilhas de prosperidade” nesses espaços urbanos estão guardadas pelo muros altos e os sofisticados esquemas de segurança dos condomínios fechados para atender às classes média e alta.” (ANJOS, 2019)

Essa realidade geográfica evidencia a estrutura espacial conservadora, cujas formas de configuração dos usos do território se dão de forma conflitante nas suas fronteiras e nos grupos socioeconômicos envolvidos, e com lugares bem demarcados no sistema vigente, mesmo com as contradições na fragmentação do espaço. Nesse sentido, é evidente que a nação precisa de políticas públicas e privadas reparatórias mais eficazes e reconhecidas como necessárias para uma equidade territorial e social na nação, ou seja, os Estados que enriqueceram mais com o Sistema Escravista e os que apresentam os maiores contingentes demográficos de populações afrobrasileiras na contemporaneidade devem ter ações políticas mais explícitas e duradouras. O “fundo” dessas configurações espaciais é a confirmação de que onde houve escravidão colonial industrial mantém-se uma elite escravocrata atuando na dinâmica territorial nesse momento histórico.

Mesmo o Brasil sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência africana, é em relação a esse povo que estão as estatísticas mais discriminatórias ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Dessa maneira, ser descendente do continente africano no país secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência, um esforço para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território. Nesse sentido, Vargas deixa claro que nós “negros vivenciamos a violência não em razão do que fazemos, mas por causa de quem somos, ou melhor, de quem não somos. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania.” (VARGAS, 2017).

As principais referências do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO) estão caracterizadas no item a seguir.

3. Premissas básicas do sistema afro-geoespacial (SIEAFRO) e suas perspectivas na governança territorial

As geotecnologias ganham força na metade do século XXI e passam a prestar apoio científico a diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no setor decisório das governanças nos distintos níveis institucionais, ou seja, no Município, nas Unidades Políticas e na Nação. Entendemos que a Geografia, a Cartografia, a Estatística e a Informática constituem disciplinas que apresentam um arsenal teórico e conceitual relevante para prestar apoio a essa área do conhecimento, a qual sinaliza este milênio como da geoinformação. Os países devem estar organizados e preparados para uma governança eletrônica espacial do território e da sociedade, ou seja, aquelas que não constituírem suas Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs) serão governadas com consequências na geopolítica, na soberania.

Lembramos que neste momento histórico vivemos o Meio Técnico Científico Informacional (Milton Santos, 2003), onde há uma hipervalorização da relação entre técnica e ciência, onde o fluxo de informações com alta velocidade e seus desdobramentos nas decisões territoriais tomam uma posição central no sistema dominante. No Brasil, a IDE instituída pelo Decreto 6.666 de 2008, visava ao fortalecimento de políticas para aprimorar a Geografia de Estado no Brasil. Entretanto a INDE Brasil, ao completar 16 anos de existência, verificou duas dimensões básicas: 1. Gargalos institucionais-jurídicos, sobretudo para regulação dos fluxos de informações no país continental; e, 2. Ausência de bases de dados fundamentais do “Brasil Desigual-Excluído” para dar suporte ao processo de constituição de políticas públicas reparatórias.

Não podemos perder de vista que a geopolítica da formação territorial e do povo brasileiro nos últimos cinco séculos tem sido marcada por desigualdades na sua estrutura social e pelos lugares segregados no espaço geográfico. Dentre os segmentos mais comprometidos nesse processo espacial permeado por paradoxos, estão os povos africanos e seus descendentes, que no 1º. Censo Demográfico do Brasil realizado em 1872 (**Figura 03**), computou 10 milhões de habitantes, dos quais 70% eram cons-

tituídos por povos de distintos grupos étnicos da África e aqui nascidos e 3,8% da população era de europeus. Esse dado é importante para a desmistificação do conceito de “minoria”, tratado de maneira larga pelo setor decisório, mascarando estatísticas reais e invisibilizando um contingente demográfico numericamente maior historicamente. Para ampliar o entendimento desse mito, é pertinente lembrar que os quatro séculos do sistema escravista (XVI-XIX) foram sustentados por um preconceito sistêmico-institucional como uma política de Estado, que vai manter as populações e os territórios de matriz africana à margem do processo civilizatório e de desenvolvimento da nação.

Nessa direção, o segmento informacional mais evidente de inexistência na nossa INDE é “Brasil Africano”, ou seja, dados dos territórios e das populações afrobrasileiras de suporte para o planejamento e a implementação de políticas públicas e privadas reparatórias. O SIEAFRO está inserido dentro das atividades prioritárias do Projeto GEOAFRO (<https://www.portalprojetogeoafro.com/projeto-geoafro/>), que tem como principal premissa investigar as matrizes africanas presentes e resistentes no território brasileiro usando a cartografia como principal instrumento de representação da Geografia Afrobrasileira e as atividades de pesquisa, ensino e extensão como suporte das suas ações. As estatísticas contemporâneas, apontando que somos uma “África brasileira”, coloca a nós uma questão fundamental, que é a invisibilidade secular das referências territorializadas de matriz africana no nosso país. A precariedade de dados disponibilizados está em consonância com as precariedades das políticas públicas territoriais, fatos que confirmam esse processo de inexistência oficial na nação.

Dessa forma, o principal objetivo do SIEAFRO é constituir e disponibilizar uma base de dados geográficos afro-brasileiros a partir das pesquisas realizadas e em realização no bojo do Projeto GEOAFRO, tendo como unidades espaciais de referências os Municípios, as Unidades Políticas, as Capitais, as Regiões Geográficas do IBGE e a Nação. Assim, o SIEAFRO se constitui em um portal geoespacial eletrônico fruto das pesquisas acadêmicas e informações de parcerias e articulações institucionais oficiais, tendo como foco principal servir de suporte para subsidiar programas de políticas públicas e privadas reparatórias no país.

A **Figura 05** mostra a estrutura básica da Arquitetura do geossistema de matriz africana do Brasil, com os registros das parcerias institucionais – operacionais, organizada em cinco (5) células espaciais básicas:

- 1°. Os Municípios – a nação tem 5.570 prefeituras municipais que ordenam seus territórios e essa é uma unidade fundamental no alcance social e inclusivo do sistema;
- 2°. As Unidades Políticas – o país tem 26 Estados Políticos e 1 Distrito Federal que estruturam geografias distintas, diversas e particulares que merecem atenção no processo de implementação de políticas públicas e privadas reparatórias;
- 3°. As 26 Capitais das Unidades Políticas da Federação – constituindo uma rede urbana particular nas manifestações e sobrevivências das matrizes africanas e afro-indígenas;
- 4°. Regiões do IBGE – as cinco regiões geográficas do IBGE estruturam os dados regionais da nação, que podem ser agregados a outras informações pertinentes no momento histórico nacional e;
- 5°. O País – é relevante observar dados gerais de toda a nação, fato que permite comparações internacionais e dimensionamento de temas específicos associados ao Brasil. Referente aos eixos temáticos geográficos do sistema, mesmo com a amplitude das possibilidades de abordagem, sistematizamo-los em cinco conjuntos, a saber:

Eixo 1 – Ferramentas para Educação Antirracista/Geografias & Cartografias da Diáspora África-Brasil: É um Eixo de suporte para a educação emancipatória no país, possibilitando acesso a um banco de metadados (mapas, texto e documentação fotográfica) para o(a) educador(a) trabalhar nos seus espaços de trabalho. Nesse eixo, é possível encontrar dados qualitativos, referentes a temas como: O Brasil e os Países da África com re-

ferências territoriais e socioculturais na diáspora – séculos XVI-XIX; Diáspora afrobrasileira Contemporânea: A Globalização da Capoeira; Brasil: Distribuição da população africana e afrobrasileira recenseada em 1872 e diversos outros referenciais;

Eixo 2 – Espacialidade Oficial da Demografia de Matriz Africana (População Afro): Nesse segundo Eixo está estruturado o banco de dados dos Censos Demográficos oficiais realizados ao longo dos anos de 1872-2022. É possível notar que a declaração com relação a raça/cor tornou-se oficial no ano de 1991, sendo o primeiro ano com catalogação oficial de tais dados. Outros temas como, educação, gênero, religião, faixa etária e condição trabalhista também são abordados nesse eixo. Aqui está um Eixo Temático que pode possibilitar um conjunto amplo de indicações estatísticas para os municípios e unidades que precisam dar mais atenção e prioridades a políticas reparatórias na nação;

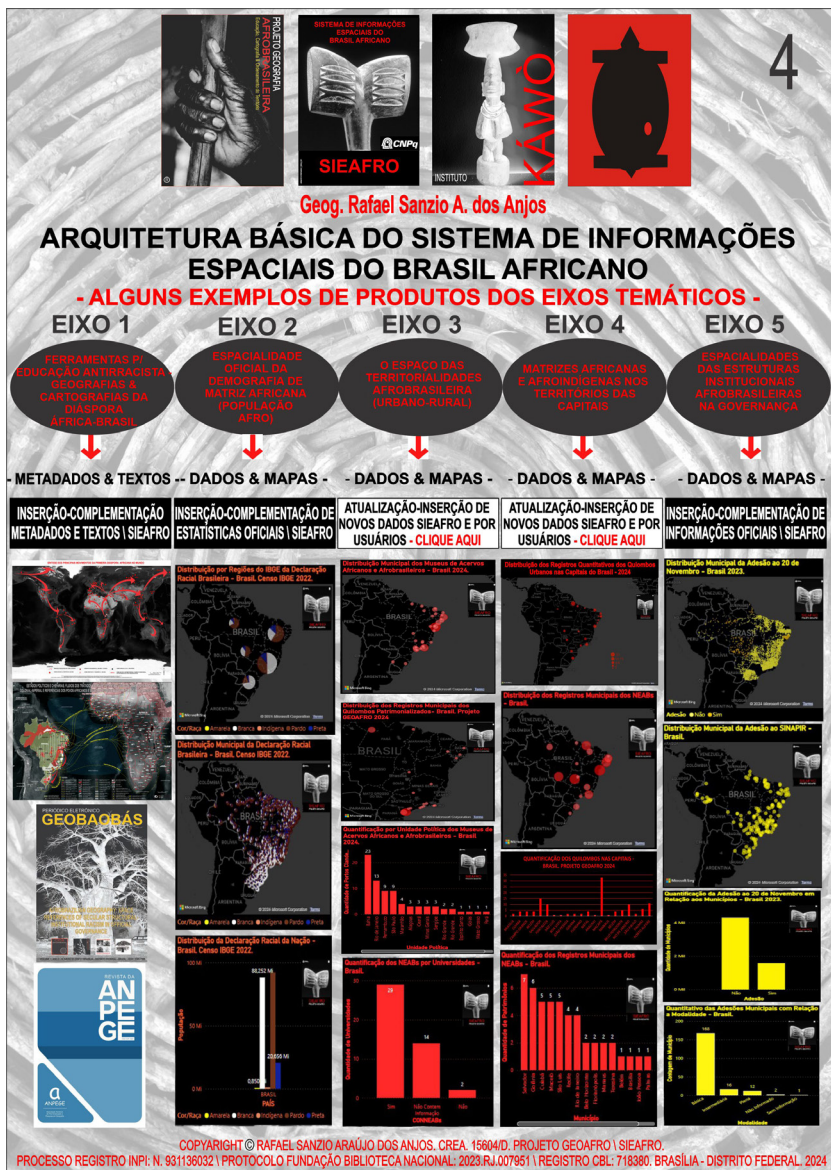
Eixo 3 – O Espaço das Territorialidades Afrobrasileiras (Urbana-Rural): Aqui tratamos de um conjunto amplo de temas referentes às representações das matrizes africanas mais representativas, como por exemplo: Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afro-brasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista.

Eixo 4 – Matrizes Africanas e Afro-indígenas nos Territórios das Capitais: Neste quarto Eixo tratamos das expressões geográficas de matrizes africanas e afro-indígenas no conjunto das cidades capitais no país. Um foco é dado às representações e sobrevivências, ou seja, Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afro-brasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista, dentre outros fatos territoriais.

Figura 5 - Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.



Figura 6 - Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.



Eixo 5 – Espacialidade da Estrutura Institucional Afrobrasileira: Neste tópico são mostrados os planos e projetos governamentais institucionalizados, assim como os feriados constituídos e a espacialidade das prefeituras pretas e pardas eleitas nas duas últimas eleições oficiais realizadas. Nesse Eixo Temático, tratamos ainda das adesões municipais e das Unidades Políticas ao Sistema Nacional de Promoção à Igualdade Racial – SINAPIR e Estados e Municípios que aderiram ao feriado na data 20 de novembro – Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra).

O SIEAFRO tem o apoio do CNPQ e do Instituto Káwò e já foi testado em turmas da Pós-Graduação na UFBA – Pós-AFRO (2023-2024) e na UnB – Pós GEA (2024-2025) com relevantes indicações para o seu aperfeiçoamento. A **Figura 06** mostra as possibilidades de produtos e de atendimento às demandas dos usuários e usuárias do afro-geossistema, assim como os tipos de articulações e funcionamento deles nos seus eixos temáticos. A seguir, algumas referências conclusivas e recomendativas para as instâncias e esferas governamentais da nação.

4. Algumas conclusões e referências para uma governança inclusiva

Tomando como premissa que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluimos e recomendamos o seguinte:

1. O contexto de desinformação da população brasileira no que se refere a África continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de melhora na democracia incompleta existente no país. A luta por um Estado Democrático é uma batalha pelo respeito à diversidade étnico-racial;
2. O Brasil Africano real continua invisível oficialmente há 137 anos (1888-2025), ou seja, a rejeição secular do Estado com o fim do Sistema Escravista é o fio condutor básico da frequente articulação para a naturalização-normali-

zação da desigualdade e da manutenção dos privilégios. A constatação básica é a forma rígida como o Brasil se mantém com essas premissas conservadoras e com ações resilientes pontuais reveladas no início deste milênio, mas retrocedidas em intervenções da própria governança. Ou seja, o Estado ressentido justifica a inexistência institucional mantendo a negação oficial secular e aprofundando o modelo das distintas espacialidades;

3. Algumas questões fundamentais do presente e do futuro próximo do Brasil Africano e dos povos originários são prementes e se colocam quase que de forma explícita. São elas: Como garantir políticas de Estado que sustentem os direitos sociais e individuais da sua população marginalizada secularmente? Por que o ordenamento do território oficial e o conduzido pela academia não contemplam as ideias, conceitos e referências de Milton Santos sinalizadas desde 1978 e detalhadas em outras obras ao longo das décadas seguintes? Essas e outras questões pertinentes somente terão respostas políticas e instrumentais contundentes e eficazes se o Brasil Colonial, ainda resistente, “enxergar” a Geografia e a Cartografia da exclusão secular como política pública oficial. A partir daí será possível que a cidadania-existência plena do Brasil excluído e desigual se configurem de forma eficaz e menos conflitante. Finalmente, lembro que a Geografia Oficial do país, ao não tratar devidamente a Geografia Invisível do país, revela uma forma explícita de discriminação no racismo estrutural de cinco séculos. Esse, sem dúvida, é um dos principais desafios geográficos na geopolítica do século XXI, constituído por décadas de conflitos étnicos – culturais – territoriais, e que o Mestre Milton Santos apontou, numa perspectiva bem assertiva, que nos lugares segregados do espaço vão estar as soluções para minorar as desigualdades da sua estrutura social e política, ou seja, uma pista concreta para a modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação continental escravocrata, em conflito permanente, que não percebeu ainda que a nossa diversidade é a nossa força e a “porta” para realizações exitosas!

4. Continuamos assistindo a uma ditadura da informação para os “Brasis Invisíveis” secularmente não serem vistos na sua plenitude. Esse contexto de controle imperial de um seletivo grupo que acha que tem poderes ilimitados e são donos do país é uma das maiores expressões da nossa democracia incompleta. Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar com o conhecimento geográfico na modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação. É nessa perspectiva que acreditamos na implementação pública do SIEAFRO como um geossistema ancorado em parcerias institucionais e governamentais para implementação de forma mais exitosa de políticas reparatórias consequentes. Nesse sentido, a geolocalização oficial como política pública, ou seja, a informação geográfica precisa e automatizada assegurada com segurança e responsabilização pelo setor decisório (respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e ao Marco Civil da Internet), como uma ferramenta de visibilidade e revelação da nação invisibilizada pelo racismo sistêmico – institucional e todo o seu mecanismo de Estado mantenedor das desigualdades, é uma “porta concreta” para subsidiar a adoção de medidas consequentes na alteração das situações emergenciais das populações e dos territórios do “Brasil Africano”.

Bibliografia

- ANJOS, R. S. A. *Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2010. 190 p.
- ANJOS, R. S. A. *Territorialidade quilombola: fotos & mapas / Quilombola territoriality: photos & maps*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011. 124 p.
- ANJOS, R. S. A. *Atlas geográfico ÁFRICABRASIL*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014. 104 p.
- ANJOS, R. S. A. *O Brasil africano – algumas referências dos séculos XVI–XXI: cartografia para educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014b.

- ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *Revista GEOUSP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 374–390, 2015.
- ANJOS, R. S. A. Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: apropriações-usos dos territórios & conflitos socioespaciais. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, C. A.; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. (org.). *Geografia e conjuntura brasileira*. Porto Alegre: Anpege; Consequência Editora, 2017. p. 275–309.
- ANJOS, R. S. A. Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 99, 2018. ISSN 2447-0945.
- ANJOS, R. S. A. O Brasil africano invisível-visível e geografia secular perversa. *Revista Humanidades*, Brasília, n. 63, p. 75–99, 2019. ISSN 0102-9479. Brasília: Editora UnB.
- ANJOS, R. S. A. A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 104, jul./dez. 2020. p. 23–60. ISSN 2447-0945.
- ANJOS, R. S. A. Space references of secular structural-institutional racism official governance. *Periódico Geobaobás*, v. 5, n. 1, p. 1–100, 2021. ISSN 2177-4366.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE – PNAD, 1996.
- IBGE. *Estimativas da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, Domingo, p. 14–15, 2000.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VARGAS, J. C. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83–105, dez. 2017.